

ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 017

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE MARÇO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o senhor deputado Sérgio Spada. (01)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário a preferência para discussão e votação da Proposição nº 019/95 - Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 076/95, item 01 da ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a preferência para discussão e votação das Proposições nº 017/98 e 021/98, itens 06 e 07 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões em, em 14.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão, itens n 02, 03, 04, 05 e 08.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação da Proposição nº 019/95 - Veto apostado ao Projeto de Lei nº 076/95, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Requerimento nº 440, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação das Proposições nºs 017/98 e 021/98, itens 06 e 07 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Requerimento nº 441, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão, itens 02, 03, 04, 05 e 08. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, daqui a pouco estaremos votando Vetos que foram apostos pelo governador a vários projetos de lei. Gostaria de pedir providências à Mesa para que aquilo que aconteceu no dia de ontem não se repetisse mais. Tenho convicção profunda, comigo

mesmo, que resultado obtido ontem, nesta Casa, lamentavelmente, foi alcançado por causa da clamada “boca de urna” praticada pelo governo.

Nós somos a favor de que todos os votos pudessem ser às claras. Mas, enquanto a lei determina que votações secretas, em determinados casos, têm que se verificar, nós queremos que elas sejam procedidas de maneira a que nenhum Parlamentar possa ser levado ao constrangimento de votar de uma maneira que não aquela que esteja pretendendo.

Portanto, a Liderança das Oposições está pedindo a Vossa Excelência para que proceda de tal maneira que a chamada “boca de urna” que é proibida lá fora, pela Justiça Eleitoral, nestes casos não seja praticada dentro da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela Ordem, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Respeito muito as palavras do ilustre deputado Waldyr Pugliesi, mas quero crer que nenhum parlamentar, aqui, pode ser constrangido em função de outro parlamentar. Até porque todos nós temos total independência. Não só nas nossas palavras, mas nas nossas ações e pelos nossos gestos. Não acredito, não me é possível aceitar que um parlamentar eleito pela maioria os votos possa mudar de opinião em função da presença de um outro colega.

E acredito mais: que no exercício do mandato, e vou propor a esta Casa, o fim do voto secreto. Principalmente quando se trata da questão “vetos”. Até porque todos nós temos que ser responsáveis e responsáveis somos perante nossos eleitores, com a nossa intenção manifesta de voto.

Mas, para que o deputado Pugliesi possa ficar mais à vontade, vamos só pedir aos nobres companheiros deputados, para que no veto apostado ao projeto do deputado Cezar Silvestri, os companheiros fiquem liberados para votar. E vamos, nos demais vetos que estão para ser apreciados, que são quatro outros, já estou encaminhando, senhor presidente, vamos votar “sim”, pela manutenção dos vetos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Presidência desta Casa informa ao deputado Pugliesi que tomará todas as medidas necessárias para que todos os senhores deputados tenham, realmente, liberdade de votar sem qualquer constrangimento.

Pela Ordem, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

Senhor presidente Hermas Brandão, apenas para o líder do Governo me clarear, aqui, eu estou aprendendo. A vida é um aprendizado. Como é que fica, por exemplo,

o tem nº 7 e o item nº 6: estão todos liberados para votar “sim” ou “não”?

O SR. DURVAL AMARAL

“Sim”.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

“Sim” ao veto? Quer dizer então, que a Liderança do Governo concorda com o veto do governador. O nosso projeto proíbe a aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade, sem autorização dos pais ou responsáveis.

Senhor presidente, Vossa Excelência já tem netos. Isto foi discutido à exaustão, deputado Durval Amaral. Como é que vou votar “sim”, com o governo? Então peço preferência de votação para o item 7 e para o item 6. Porque o item 6 dispõe sobre a reserva de acentos em salas de projeção, em teatros, espaços culturais e transporte coletivo para pessoas obesas. Elas têm direito, também.

É claro que o Chab e o deputado Edno Guimarães vão votar com este projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicitaria ao nobre deputado Luiz Carlos Martins que encaminhasse à Mesa requerimento pedindo, então.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, solicito a Vossa Excelência para que no nosso requerimento então, seja incluído, e aí já resolvemos o problema.

Quero só rapidamente dizer que não somos contra o projeto vetado pelo governador, mas o veto foi apenas parcial. Na essência o projeto do deputado Luiz Carlos Martins foi sancionado. Só naquilo que era inconstitucional foi vetado.

A idéia realmente de proibir a tatuagem é ótima e está proibida por lei.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, vou me abster de votar porque senão, estarei legislando em causa própria. Por isso não vou votar o veto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda a Chamada Nominal dos senhores deputados.

Coloco antes o requerimento do deputado Cezar Silvestri, que solicita preferência para discussão e votação da Proposição 19/95.

Em votação o requerimento.

Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/95, veto aposto ao Projeto de Lei nº 076/95, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal "GA-124", que liga os distritos de Palmeirinha/Campina do Simão/Santa Maria do Oeste. Com relatório da C.C.J. considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF. CTL/SEEG nº 095/95

Curitiba, 21 de junho de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 046/95, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 076/95, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal denominada "GA-124", no município de Guarapuava, ligando os distritos de Palmeirinha, Campina do Simão e Santa Maria do Oeste, com extensão de 70 quilômetros.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre de sua flagrante inconstitucionalidade porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o contido no Art. 135, da Carta Estadual.

Por outro lado, vale destacar o adiante transcrito pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes que, analisando a matéria asseverou:

Tendo em vista ter sido executado aproximadamente 2.000 km de rodovias municipais financiadas pela Caixa Econômica Federal, que deveriam ser conservadas pelas respectivas prefeituras municipais, o que a rigor não vem ocorrendo, a Diretoria de Conservação do DER/PR sem que haja um planejamento prévio dos acréscimos de pessoal de equipamentos e de recursos financeiros, não tem condições de absorver nenhum destes trechos, uma que vez nossos recursos já são insuficientes para atendimento de aproximadamente 12.000 km de malha rodoviária estadual, dos quais 10.000 km são pavimentados.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de levado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 076/95, encontra-se publicado no D.A. nº 23, de 23.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 19/95

P A R E C E R :

Relatório

A proposição objeto do presente parecer foi encaminhada pelo ofício nº 95/95, através do qual o Exce-

lentíssimo governador do Estado vetou o Projeto de Lei nº 76/95, de autoria do deputado Cezar Silvestri.

Em seu veto, o Excelentíssimo governador alegou ser o projeto de lei inconstitucional, pois implica em despesas não previstas, ferindo o art. 135 da Carta Estadual.

Parecer

O Excelentíssimo governador do Estado, vetou o Projeto de Lei nº 76/95, dentro do prazo constitucional, respeitando, portanto, o disposto no art. 71, § 1º da Constituição Estadual.

Malgrado o brilho e a nobreza do projeto do deputado Cezar Silvestri, a estadualização da estrada municipal GA-124, do município de Guarapuava, implicaria em despesas não previstas no orçamento ferindo como bem observado pelo Excelentíssimo governador, o art. 135, da Constituição do Estado.

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do veto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.1995.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 017/98. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 653/97, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre a reserva de assentos em salas de projeção, teatros, espaços culturais e transporte coletivo no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 271/98

Curitiba, 28 de julho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 154/98, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 653/97, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as salas de projeções, teatros e os espaços culturais no Estado do Paraná, que utilizam assentos para platéias, deverão reservar e adaptar, conforme especifica, 3% (três por cento) desses lugares para utilização por pessoas obesas e que, as empresas concessionárias de transporte coletivo municipal e intermunicipal, deverão reservar no mínimo 2 (dois) lugares em cada veículo, para utilização também por pessoas obesas.

O plano de lei em epígrafe não pôde merecer acolhimento, porque apreciado pelas Secretarias de Estado da Cultura e dos Transportes, recebeu parecer contrário de ambas. A primeira dizendo que, num auditório com as proporções do Teatro Guaíra, por exemplo, exigiria elevada soma de recursos para adaptação às determinações

da lei com a reserva de grande e desnecessário número de espaço para pessoas obesas, criando condições pouco ou nunca reclamadas por frequentadores. A segunda Secretaria de Estado, calcou sua manifestação contrária no argumento de que “a frota anual de Transporte Intermunicipal de Passageiros, não dispõe no momento de espaço reservado nesse sentido. Esclarecemos que esta Pasta não se opõe a esse projeto, porém, carece ser definido em lei, em um período mais abrangente para adaptação dessa nova determinação”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 653/97, encontra-se publicado no D.A. nº 199, de 17.11.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 017/98

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 653/97, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre reserva de assentos em salas de projeções, teatros, espaços culturais e transporte coletivo no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está dentro do prazo legal.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/98, veto apostado ao Projeto de Lei nº 050/98, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade sem autorização dos pais ou responsáveis e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 277/98

Curitiba, 31 de julho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 165/98, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 050/98, por julgar a

parte vetada contrária ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo proibir a realização de aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade, sem autorização por escrito, dos pais ou responsáveis, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do art. 2º.

As razões pelas quais vetei o mencionado art. 2º, são as contidas no adiante transcrito pronunciamento do titular da Secretaria de Estado da Saúde:

“Em atenção ao Projeto de Lei nº 050/98, a Secretaria de Estado da Saúde faz as seguintes considerações quanto ao seu art. 2º:

- O autoclave e a estufa são métodos físicos de esterilização de materiais, não havendo indicação técnica de após o seu uso, colocar-se o material em estufa para manutenção de sua esterilização. O correto é o material estar acondicionado adequadamente para estar garantida a sua esterilização quando do manuseio.

. O ultra-som é apenas um dos métodos indicados para limpeza de materiais podendo também ser usado a fricção mecânica ou máquinas de limpeza. Portanto, não há sustentação técnica no método proposto no texto.

Ao nosso ver o artigo 2º deveria sofrer veto, ficando o compromisso desta Secretaria de emitir resolução que preserva o espírito deste projeto quando da sua regulamentação”.

Esse os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 050/98 encontra-se publicado no D.A. nº 014, de 17.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 21/98

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 50/98, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a aplicação de tatuagem permanente em menores de 18 anos de idade sem autorização dos pais ou responsáveis e dá outra providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, § 1º).

Assim, somos Favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal dos deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Carlos Belinati**)
(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos deputados Ademar Traiano, Carlos Simões e Nereu Moura, para procederem à escrutinação dos votos.

Queremos anunciar o resultado da votação do Item 01, do veto apostado ao Projeto de Lei 076/95; do item 06, do veto apostado ao Projeto de lei 653/97, de deputado Luiz Carlos Martins; e do Item 07, do veto apostado ao Projeto de Lei 050/98, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins.

Votaram 40 senhores deputados.

Pela manutenção dos vetos, vinte senhores deputados.

Pela rejeição dos vetos, vinte e oito senhores deputados.

Estão rejeitados os vetos e mantidos os projetos.

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, anteriormente aprovado:

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 009/97, veto apostado ao Projeto de Lei nº 445/96, autoria do deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 11.027, de 29.12.94. Nele incluindo o município de Agudos do Sul. Com relatório da C.C.J. considerando o veto em condições de ser apreciado pelo plenário.

OF/CTL/SEEG nº 057/97

Curitiba, 06 de maio de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 018/97, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição contida no art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 445/96, por julgá-lo contrário ao interesse público em face de sua total e absoluta inexecutabilidade porque, equivocadamente, ao pretender incluir um novo município na área da região metropolitana de Curitiba, exclui outros quatro que já a integram.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei, que em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 445/96 encontra-se publicado no D.A. nº144, de 10.10.96.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 09/97

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 445/96 de autoria do deputado Geraldo Cartário que tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º da Lei 11.027//94, nele incluindo o município de Agudos do Sul.

Sob o aspecto legal, regimental e constitucional e por estar dentro do prazo determinado, somos de Parecer Favorável ao encaminhamento à Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/98, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 361/97, de autoria do deputado Joel Coimbra, que institui o Fundo Especial para Reparação de Interesses Difusos Lesados. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 001/98

Curitiba, 05 de janeiro de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 399/97, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida no art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 361/97, por julgar a parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo criar o Fundo Estadual de Defesa dos Interesse Difusos (FEID), tendo o veto parcial apostado incidido sobre o inciso V, do art. 2º

A negativa de sanção ao mencionado dispositivo decorre da inconstitucionalidade de que está eivado, eis que, se acolhido, viria afrontar os arts. 135 da Constituição Estadual e 167 da Carta Magna, porque estaria reduzindo a receita orçamentária geral e ensejando vinculação tributária não permitida. Há que se registrar o fato de a redação do dispositivo vetado não conter a necessária clareza na remissão que faz.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATI

Governadora do Estado, em exercício.

(O Projeto de Lei nº 361/97 encontra-se publicado no D.A. nº 119, de 12.08.97.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 002/98

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 361/97, de autoria do deputado Joel Coimbra, que institui o Fundo Especial Para Reparação de Interesses Difusos Lesados.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, parágrafo 1º).

Assim, somos Favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.03.98.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 29/98, veto aposto ao Projeto de Lei nº 558/96, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que denomina Taxionetes as camionetes de aluguel destinadas ao transporte de bens e mercadorias, no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 144/98

Curitiba, 16 de abril de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 433/97, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 558/96, por julgá-lo inconstitucional porque, invadindo competência legislativa dos municípios, fere os artigos 30 da Magna Carta e 17, da Constituição do Estado do Paraná.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restitui a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência s meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 558/96, encontra-se publicado no D.A. nº 188, de 03.12.96.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO AO PROJETO DE LEI Nº 558/96

P A R E C E R :

ASSUNTO: Veta o Projeto de Lei nº 558/96, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que denomina

Taxionetes as camionetes de aluguel, destinadas ao transporte de bens e mercadorias no Estado do Paraná.

O referido projeto de lei, objeto de veto do Poder Executivo, denomina de Taxionetes as camionetes de aluguel, destinadas ao transporte de bens e mercadorias no Estado do Paraná, e torna obrigatório o uso de taxímetro.

Alega o chefe do Executivo, que a proposição em questão fere o artigo 30 da Carta Magna Federal, bem como, o artigo 17 da Constituição Estadual, invadindo assim a competência dos municípios.

Em nosso entendimento, reiteramos o posicionamento de que o projeto de lei não invade a competência do município, pois não cria ele nenhuma obrigação, e tampouco regula matéria que lhe é reservada constitucionalmente.

O artigo 30, I, da Constituição Federal, que é reproduzido pela Constituição Estadual artigo 17, I, diz:

Art. 30 - compete aos municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Como se vê, o projeto de lei em questão, não fere o interesse do município, não lhe cria obrigações, e tampouco interfere em sua área de atuação. A proposição apenas oferece ao município um instrumento, que poderá utilizá-lo ou não, para regulamentar a atividade dos pequenos transportes nos municípios. Caso entenda desnecessário não lhe advirá qualquer consequência.

Assim sendo, o parecer é para que seja enviado à apreciação do Plenário, opinando pela derrubada do veto.

Sala das Comissões, em 09.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 012/98, veto aposto ao Projeto de Lei nº 477/96, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a instalar Laboratório Fotográfico em todas as delegacias especializadas do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 162/98

Curitiba, 27 de maio de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 291/97, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição estadual, vetei o Projeto de Lei nº 477/96, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instalar laboratório fotográfico em todas as delegacias especializadas do Estado do Paraná e a negativa de sanção decorre do adiante transcrito parecer da Secretaria de

Estado da Segurança Pública, cujos termos ratifico, fazendo deles os motivos do veto ora aposto:

“O Projeto de Lei nº 477/96, aprovado pela digna Assembléia Legislativa, objetiva a instalação de “laboratório fotográfico em todas as Delegacias especializadas do Estado do Paraná”.

Cumpre ressaltar, de início, que o Quadro de Pessoal da Polícia Civil, previsto no Anexo de que trata o artigo 290 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, não conta com as carreiras de Fotógrafo ou Técnico em Fotografia, o que retira, a nosso ver, a necessária exequibilidade do contido no referido projeto de lei.

De outra parte, as atividades de investigação policial relacionada com a elaboração do inquérito policial em todas as Delegacias de Polícia do Estado, contam com pessoal técnico integrante dos órgãos de Polícia Científica para a devida instrução daqueles procedimentos, especialmente na ilustração fotográfica de laudos, reconstituição de crimes, etc, como ainda, dispõem do Serviço de Registros Policiais para investigações - SRPI (artigo 26 do Decreto nº 4884 - 24/04/78), para consulta de fichários padronizados sobre autores de infrações penais, com igual disponibilidade dos registros criminais do Instituto de Identificação.

Como é de se presumir, a intenção do projeto de lei em questão direciona-se a agilizar os registros fotográficos de polícia judiciária, vale referir, no entanto, a moderna técnica de investigação recomenda a utilização de recursos informáticos que permitem alcançar a qualidade e economia processual, cuja obtenção desses recursos está programada junto ao Funrespol, com acesso viável aos mencionados registros criminais.

Assim, observada a disponibilidade atual de meios próprios e adequados ao suprimento relacionado à elaboração e consulta fotográfica de registros criminais, aliada à possível aquisição de equipamento de informática e à inexistência de cargos específicos nas Delegacias Especializadas, verifica-se, com a devida vênia, que o projeto de lei em tela não contém matéria de interesse para a Polícia Civil.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 447/96, encontra-se publicado no D.A. nº 154, de 24.10.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 012/98

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda de Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 477/96, de autoria do deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a ins-

talhar laboratório em todas as delegacias especializadas do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está dentro do prazo legal.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 023/98, veto aposto ao Projeto de Lei nº 335/98, autoria do deputado Horácio Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a retomar a obra de construção do Contorno Norte de Curitiba. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 362/98

Curitiba, 09 de setembro de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 200/98, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 335/98, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar a retomada da obra de construção do Contorno Norte de Curitiba, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o parágrafo único do art. 1º, porque este dispositivo seria inexecutável por mencionar “Orçamento Próprio da Secretaria de Estado dos Transportes” ao invés de “Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem”, onde constam recursos para tal obra.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 335/98 encontra-se publicado no D.A. nº 113, de 18.08.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 23/98

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 335/98, de autoria do deputado Horácio Rodrigues, que autoriza o Poder execu-

tivo a retornar a obra de construção do Contorno Norte de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, parágrafo 1º).

Assim, somos Favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário a chamada nominal dos senhores deputados, para a votação dos itens 02, 03, 04, 05 e 08.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Belinati**)

(**Procede à Chamada Nominal para a votação dos senhores deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Solicito a mesma comissão anteriormente designada para procederem a escrutinação, deputado Nereu, deputado Traiano, deputado Plauto.

Votaram trinta e oito senhores deputados.

Pela manutenção dos vetos, vinte e três senhores deputados.

Pela derrubada dos vetos, 15 senhores deputados.

Mantêm-se os vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quinta-feira dia 15, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 030/99, 200, 294, 372 e 397/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 134, 563, 643 e 653/99.

1ª DISCUSSÃO - 649/99.

Levanta-se a sessão.